

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Politeia - Coprodução do Bem Público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade

**IMPLEMENTAÇÃO DAS LICITAÇÕES ELETRÔNICAS PARA SERVIÇOS E
OBRAS DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
MOBILIDADE/SC SOB A ÓTICA DA EVOLUÇÃO DAS LEIS 8.666/93, 12.462/11 E
14.133/21**

006.999.589-38

Florianópolis

2026

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

a. Problema ou Oportunidade que Motiva a Pesquisa

A modernização das contratações públicas no Brasil tem sido impulsionada por avanços normativos, especialmente com a consolidação da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a utilização preferencial de meios eletrônicos nos processos licitatórios. Nesse contexto, a implementação das licitações eletrônicas para serviços e obras de engenharia representa um elemento central para o aumento da eficiência, transparência e competitividade na gestão pública.

No âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina (SIE/SC), observa-se uma evolução significativa na condução dos processos licitatórios. Dados institucionais evidenciam crescimento superior a 650% no número de lotes homologados entre 2023 e 2025, bem como a geração de economicidade acumulada superior a R\$ 450 milhões no período, demonstrando ganhos relevantes de eficiência operacional (SANTA CATARINA, 2025).

Entretanto, esse avanço quantitativo vem acompanhado de desafios relevantes. A complexidade das contratações de engenharia, a necessidade de adaptação dos servidores aos sistemas digitais, a gestão de prazos — que podem alcançar cerca de 149 dias em licitações do tipo técnica e preço — e a necessidade de garantir segurança jurídica e padronização dos procedimentos configuram obstáculos à plena consolidação do modelo eletrônico (SANTA CATARINA, 2025).

Diante desse cenário, a pesquisa se propõe a responder a seguinte questão-problema:

Quais são os principais desafios e oportunidades na implementação das licitações eletrônicas para serviços e obras de engenharia na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, considerando a evolução normativa e seus impactos na eficiência, economicidade, governança e desempenho institucional?

b. Objetivo da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios e oportunidades na implementação das licitações eletrônicas para serviços e obras de engenharia na Secretaria de Estado da

Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina (SIE/SC), à luz da evolução normativa das Leis nº 8.666/93, nº 12.462/11 e nº 14.133/21.

Como produto final, pretende-se desenvolver um **Plano Estratégico para Consolidação das Licitações Eletrônicas**, contendo diretrizes e recomendações práticas para o aprimoramento dos processos licitatórios.

2. JUSTIFICATIVA

A implementação das licitações eletrônicas para serviços e obras de engenharia representa um avanço significativo na modernização da administração pública, promovendo maior eficiência, transparência e economicidade nos gastos governamentais. No entanto, essa transição ainda enfrenta desafios operacionais, técnicos e culturais, que podem comprometer a efetividade desse modelo. Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para a consolidação das licitações eletrônicas no Estado de Santa Catarina, gerando benefícios tanto para a organização na qual será realizada quanto para o setor público em geral e para a sociedade.

a) Importância da pesquisa para a organização, setor e sociedade

A relevância da pesquisa está diretamente relacionada ao papel estratégico das licitações públicas na execução de políticas de infraestrutura e na alocação eficiente dos recursos públicos. No contexto da SIE/SC, o volume financeiro das contratações atingiu aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em 2025, evidenciando a magnitude dos processos geridos pela instituição (SANTA CATARINA, 2025).

Além disso, os dados institucionais indicam taxa de sucesso de aproximadamente 87% dos processos licitatórios, ao mesmo tempo em que revelam desafios relacionados à duração dos processos, à concentração temporal das contratações e à complexidade técnica dos objetos licitados (SANTA CATARINA, 2025).

Dessa forma, a pesquisa contribui para o aprimoramento da governança das contratações públicas, para o aumento da eficiência administrativa e para a melhoria da qualidade das obras e serviços entregues à sociedade.

b) Relevância da pesquisa para a trajetória profissional do pesquisador

A pesquisa possui elevada relevância para a trajetória profissional do pesquisador, considerando sua atuação direta na gestão de licitações públicas no âmbito da SIE/SC.

No exercício de suas funções, o pesquisador vivencia os desafios relacionados à implementação das licitações eletrônicas, especialmente no contexto de transição para a Lei nº 14.133/2021. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de padronização de procedimentos, a redução do tempo de tramitação, a mitigação de riscos e o aumento da eficiência das contratações.

A posição ocupada permite acesso direto a dados institucionais, sistemas administrativos e atores envolvidos no processo licitatório, o que viabiliza uma análise aprofundada e aplicada do fenômeno estudado. Esse aspecto fortalece o caráter prático da pesquisa e amplia seu potencial de geração de resultados concretos.

Além disso, a pesquisa possibilitará a sistematização do conhecimento adquirido na prática profissional, articulando-o com o referencial teórico, contribuindo para o desenvolvimento de competências analíticas e estratégicas e para a atuação como agente de melhoria na administração pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa está ancorada nos estudos sobre modernização das contratações públicas, governança, eficiência administrativa e digitalização dos processos licitatórios, especialmente no contexto das transformações promovidas pela Lei nº 14.133/2021.

A evolução das licitações públicas no Brasil reflete um movimento de aprimoramento institucional voltado à eficiência, transparência e controle. Nesse sentido, Justen Filho (2021) destaca que a nova Lei de Licitações introduz instrumentos mais robustos de planejamento, gestão de riscos e governança, exigindo maior profissionalização da função de compras públicas. Para o autor, a modernização dos processos licitatórios está diretamente relacionada

à adoção de mecanismos que aumentem a racionalidade decisória e a eficiência administrativa.

Complementarmente, Niebuhr (2025) argumenta que a implementação das mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021 demanda não apenas adequações normativas, mas também transformações organizacionais e culturais. O autor enfatiza que a transição para modelos eletrônicos de contratação envolve desafios relacionados à capacitação dos agentes públicos, à padronização de procedimentos e à consolidação de práticas alinhadas aos novos paradigmas da administração pública.

No mesmo sentido, Charles (2022) destaca que a utilização de meios eletrônicos nas licitações públicas constitui um dos principais avanços recentes na gestão das contratações, promovendo maior transparência, competitividade e rastreabilidade dos processos. Segundo o autor, a digitalização reduz barreiras de participação, amplia o acesso de fornecedores e contribui para a prevenção de irregularidades, fortalecendo o controle social e institucional.

Sob a perspectiva da governança pública, Fenili (2022) ressalta que as contratações públicas devem ser tratadas como função estratégica do Estado, exigindo estruturas de governança capazes de assegurar eficiência, integridade e geração de valor público. Para o autor, a adoção de práticas de governança, associada ao uso de tecnologias digitais, é fundamental para aprimorar o desempenho das organizações públicas e qualificar a gestão dos recursos públicos.

Adicionalmente, Di Pietro (2023) destaca que a atuação da administração pública deve estar orientada pelos princípios constitucionais, especialmente os da legalidade, eficiência, moralidade e publicidade. Nesse contexto, a digitalização dos processos licitatórios se apresenta como instrumento relevante para a concretização desses princípios, ao ampliar a transparência e a eficiência dos atos administrativos.

Sob a ótica da capacitação e da gestão pública, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2021) evidencia que o desenvolvimento de competências dos servidores públicos é elemento essencial para o sucesso das contratações públicas, especialmente em ambientes que demandam maior complexidade técnica e uso intensivo de tecnologias digitais.

Os dados empíricos observados no contexto da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina corroboram os argumentos apresentados na literatura. O

crescimento expressivo do volume de licitações, aliado à geração de economicidade e à melhoria dos indicadores de desempenho, evidencia os benefícios associados à adoção do modelo eletrônico. Entretanto, persistem desafios relacionados à complexidade dos processos, à gestão dos prazos e à necessidade de aprimoramento contínuo das práticas institucionais (SANTA CATARINA, 2025).

Dessa forma, a literatura converge no entendimento de que a implementação eficaz das licitações eletrônicas depende da integração entre avanços normativos, uso de tecnologias digitais, capacitação dos agentes públicos e fortalecimento dos mecanismos de governança. Esses elementos constituem a base teórica que orienta a presente pesquisa e sustentam a análise do fenômeno no contexto da administração pública.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

a. Local da Pesquisa (Delimitação Geográfica e Institucional)

A pesquisa será realizada no âmbito da **Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina (SIE/SC)**, órgão responsável pelas contratações de obras e serviços de engenharia em todo o território catarinense. A escolha dessa organização se justifica pelo papel estratégico que exerce na gestão de infraestrutura estadual e pelo acesso privilegiado do pesquisador aos sistemas, documentos e agentes envolvidos no processo licitatório. A delimitação geográfica abrange o Estado de Santa Catarina, incluindo todos os municípios contemplados por licitações eletrônicas conduzidas pela SIE/SC.

b. População e Público-Alvo da Pesquisa

A população da pesquisa compreende os seguintes públicos:

- **Servidores públicos** da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, especialmente os que atuam nas áreas de licitação, contratos, engenharia e planejamento;

- **Representantes dos órgãos de controle**, como Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), Ministério Público e Controladoria-Geral do Estado (CGE);
- **Fornecedores e representantes de empresas** que participaram de licitações eletrônicas para obras e serviços de engenharia conduzidas pela SIE/SC;
- **Documentos e dados institucionais** que compõem o universo da base de dados da SIE.

c. Dados a Serem Levantados e Formas de Coleta

A coleta de dados ocorrerá em diferentes fases e com diferentes instrumentos, conforme as etapas estabelecidas nos objetivos da pesquisa:

Etapas da Pesquisa	Dados Necessários	Instrumento de Coleta
Diagnóstico dos desafios e oportunidades	Percepções de gestores, dificuldades operacionais, pontos críticos	Entrevistas semiestruturadas com servidores e fornecedores
Avaliação da celeridade, eficiência e economicidade	Dados quantitativos sobre prazos, custos, número de participantes e adjudicações	Levantamento documental e análise de sistemas (SGPe, Compras SC), Relatórios anuais da GELIC
Impacto social e institucional das licitações eletrônicas	Indicadores de execução contratual, tempo de entrega de obras, qualidade percebida	Análise documental e entrevistas com gestores da área finalística
Capacitação e relação com órgãos de controle	Ações de capacitação, recomendações dos órgãos de controle, falhas recorrentes	Entrevistas, análise de relatórios de auditoria e pareceres técnicos

d. Organização, Sistematização e Análise dos Dados

Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas serão transcritos e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, categorizando os discursos segundo eixos temáticos previamente definidos com base nos objetivos da pesquisa (eficiência, lisura, capacitação, controle, etc.). As informações quantitativas serão organizadas em planilhas e analisadas por meio de estatísticas descritivas e comparativas, buscando identificar padrões, tendências e correlações entre variáveis como tempo de tramitação, número de participantes e valores adjudicados.

Além disso, será feita a triangulação metodológica entre os dados qualitativos, quantitativos e documentais para garantir maior robustez e validade dos achados da pesquisa. Essa sistematização permitirá construir um diagnóstico crítico da situação atual e propor recomendações práticas e fundamentadas para a melhoria da implementação das licitações eletrônicas no Estado de Santa Catarina.

5. VIABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA

A viabilidade da presente pesquisa se sustenta em diversos fatores estratégicos que garantem a sua execução eficiente e a aplicabilidade dos seus resultados na prática administrativa do Estado de Santa Catarina. A seguir, são detalhadas as condições que favorecem a implementação desta proposta e o potencial impacto que os resultados podem gerar para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE/SC), bem como para a gestão pública em âmbito estadual e nacional.

a. Acesso a Dados e Fontes Primárias

Um dos principais fatores que garantem a viabilidade desta pesquisa é o acesso privilegiado do pesquisador às informações institucionais, uma vez que o candidato é Gerente de Licitações da SIE/SC e tem contato direto com os sistemas e processos licitatórios do Estado.

Os achados desta pesquisa têm grande potencial de aplicação imediata no âmbito da gestão pública estadual, especialmente na melhoria das licitações eletrônicas para serviços e obras de engenharia. Algumas das possibilidades concretas de implementação incluem:

- Aprimoramento das diretrizes internas da SIE/SC para qualificar a gestão das licitações eletrônicas, garantindo maior eficiência e competitividade;
- Criação de fluxos operacionais mais ágeis, com base na análise da celeridade processual e dos gargalos identificados na pesquisa;
- Desenvolvimento de estratégias de capacitação para servidores públicos, visando fortalecer o uso das plataformas digitais e a conformidade com a Lei 14.133/21;
- Propostas de aprimoramento das interfaces entre a administração pública e os órgãos de controle, reduzindo riscos de falhas operacionais e aprimorando a accountability no processo licitatório;
- Sistematização de melhores práticas que possam ser replicadas em outras secretarias estaduais e até mesmo em outros entes federativos interessados na modernização dos seus processos licitatórios.

b. Impacto Institucional e Social

A implementação dos resultados desta pesquisa não se limita ao contexto organizacional da SIE/SC, mas pode gerar impactos positivos para a administração pública e para a sociedade catarinense como um todo. Destacam-se os seguintes benefícios:

- Maior eficiência na contratação e execução de obras públicas, garantindo infraestrutura de qualidade e redução de atrasos;
- Transparência aprimorada e maior controle social, com o fortalecimento da rastreabilidade dos processos licitatórios eletrônicos;
- Maior participação de empresas nos certames, promovendo um ambiente concorrencial mais equilibrado e estimulando a economicidade nas contratações;
- Melhoria da infraestrutura estadual e dos serviços prestados à população, uma vez que a agilidade e eficiência das licitações impactam diretamente na entrega de obras públicas essenciais (estradas, hospitais, escolas, mobilidade urbana, etc.);
- Maior segurança jurídica, com a mitigação de riscos de impugnações, contestações e judicializações que frequentemente atrasam obras públicas.

c. Desafios e Estratégias para Implementação

Embora a implementação dos achados da pesquisa seja altamente viável, existem desafios a serem superados, tais como resistência organizacional à mudança, dificuldades técnicas na

adaptação às novas ferramentas eletrônicas e necessidade de atualização contínua da legislação. Para mitigar esses desafios, a pesquisa pretende apresentar propostas concretas de implementação, incluindo:

- Sugestões de políticas públicas e normativas internas para regulamentar o uso de licitações eletrônicas no âmbito estadual;
- Plano de capacitação contínua para os servidores públicos envolvidos nos processos de contratação;
- Aprimoramento dos sistemas digitais de licitação, integrando novas funcionalidades que simplifiquem e acelerem os procedimentos;
- Criação de indicadores de desempenho e monitoramento, permitindo avaliar os impactos das licitações eletrônicas na economicidade, transparência e celeridade.

6. CRONOGRAMA DA PESQUISA

Para garantir a execução eficaz da pesquisa, apresenta-se um cronograma detalhado com as principais etapas e prazos. A pesquisa será desenvolvida ao longo de **24 meses**, contemplando desde a revisão bibliográfica até a defesa final da dissertação.

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
1. Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica	Levantamento e análise de artigos, livros e legislações sobre licitações eletrônicas, eficiência administrativa e impactos sociais das obras públicas.	1º a 6º mês
2. Definição e Estruturação da Metodologia	Detalhamento do método de pesquisa, estratégia, variáveis de análise e técnicas de coleta de dados.	4º a 6º mês
3. Aprovação do Projeto de Pesquisa	Ajustes finais com o orientador e submissão ao colegiado para aprovação do projeto de dissertação.	6º a 7º mês
4. Levantamento de Dados Secundários	Coleta de informações sobre licitações eletrônicas realizadas na SIE/SC e outros órgãos	7º a 10º mês

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
	públicos catarinenses.	
5. Coleta de Dados Primários	Aplicação de entrevistas com gestores, fornecedores e órgãos de controle, além da realização de questionários com servidores envolvidos no processo licitatório.	10º a 14º mês
6. Sistematização e Análise de Dados	Organização dos dados coletados e realização de análise estatística e qualitativa.	14º a 18º mês
7. Redação dos Capítulos da Dissertação	Elaboração dos capítulos teóricos, metodológicos e análise dos resultados.	18º a 22º mês
8. Revisão e Ajustes Finais	Revisão textual, ajustes metodológicos e conferência das normas da ABNT.	22º a 23º mês
9. Depósito da Dissertação	Entrega oficial da dissertação para a banca avaliadora.	23º mês
10. Defesa da Dissertação	Apresentação e defesa da pesquisa perante a banca examinadora.	24º mês

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.** Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Diário Oficial da União, Brasília, 5 ago. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12462.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso 10 jan. 2026.

CHARLES, Ronny. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática.** 5. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Compras públicas: fundamentos e práticas**. Brasília: ENAP, 2021.

FENILI, Renato Ribeiro. **Governança em contratações públicas: teoria e prática à luz da Lei nº 14.133/2021**. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade. **Relatório Anual 2025: Gerência de Licitações (GELIC)**. Florianópolis: SIE, 2025.